

PJM / PMMR

CONTRATO Nº: 20230347

CONTRATADA: FLOR DE LÓTUS PRODUTORA DE EVENTOS LTDA.

EMENTA: ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA.

RELATÓRIO:

Trata-se de análise para solicitação de ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA de 04 (quatro) meses, ao **contrato nº 20230347**.

Foi solicitado pela **Secretaria Municipal de Administração** através do Memorando de nº 217/2023, fundamentando o pedido de aditivo de prazo de vigência do contrato em questão, da **FLOR DE LÓTUS PRODUTORA DE EVENTOS LTDA**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos para implantação e execução dos recursos oriundos da Lei 195/2022 – Lei Paulo Gustavo (de acordo com o art. 18 do Decreto 11.523/2023, que regulamenta a mesma), para o Município de Mãe do Rio, Pará.

A empresa apresentou justificativa técnica para aditivo de Prorrogação do contrato, sob a alegação de que o contrato está próximo do encerramento, sendo necessária a prorrogação da vigência do contrato pelo prazo de 04 (quatro) meses para dar continuidade aos serviços, conforme documentação em anexo.

É o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

Como alhures exposto, versam os presentes autos acerca da análise da possibilidade e legalidade de prorrogação do **Contrato nº 20230347**, com a empresa **FLOR DE LÓTUS PRODUTORA DE EVENTOS LTDA**.

Inicialmente deve-se destacar que nos contratos celebrados pela Administração Pública pode-se falar em prorrogação do contrato por acordo entre as partes, se a situação fática se enquadra em uma das hipóteses dos incisos do art. 57º, caput ou dos incisos do §1º, do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Assim, o aditivo de prazo deve resultar do consenso entre as partes contratantes, ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, consoante exigências determinadas no §2º do art. 57º da Lei das Licitações e Contratos.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade e legalidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57º, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - À prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Analizando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe o aditivo de prazo, sem aditamento de seu valor, e, dessa forma, amoldando-se perfeitamente a presente pretensão no que prescreve o art. 57º, Inciso II e o § 2º, da Lei 8.666/93.

É a Fundamentação.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, observado o pedido de Aditivo de prazo, os documentos arrolados e a justificativa técnica apresentada, OPINA-SE pela prorrogação do contrato pelo período de 04 (quatro) meses, conforme o Memorando nº 217/2023, e realização do Termo Aditivo do **Contrato nº 20230347**, por não encontrar óbices legais no procedimento nos termos da fundamentação, de acordo com a Lei 8.666/93.

É o parecer, SMJ.

Mãe do Rio – Pará, 31 de agosto de 2023.

HALEX BRYAN SARGES DA SILVA

PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 001/2022

OAB/PA N. 25.286